

A INSTITUIÇÃO DA ORDEM E DAS CORES: A MESTIÇAGEM COMO ESTRATÉGIA DO PROJETO COLONIAL EM GOIÁS NO SÉCULO XVIII

Joyce Campos Semani¹
Prof. Dr. Fernando Lobo Lemes²

1 (Estudante de graduação do curso de licenciatura em História e voluntária do PIBIC-PIVIC da UEG).

2 (Orientador do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu Territórios e Expressões Culturais do Cerrado – TECCER).

Introdução (Problemática e Objetivos)

O estudo do fenômeno da mestiçagem está presente na historiografia brasileira com a atenção voltada, sobretudo, para a noção de raça, propondo um tratamento do tema como fenômeno natural. Desde Gilberto Freyre, que abriu caminho para se pensar a originalidade da cultura brasileira a partir da já bastante repisada noção de “democracia racial”, as discussões que envolvem o assunto observam a miscigenação como um conceito fundado em princípios biológicos.

Perspectiva inovadora foi inaugurada pelo brasilianista Chales Boxer, gênese de uma historiografia que está na base de uma interpretação renovada sobre a matéria. Boxer, na contramão da tese de Freyre (que fixava sua reflexão na propensão histórica lusa para a miscibilidade com outras raças), insistia na ideia de que os portugueses figuravam dentre os povos mais racistas do período moderno, tendo como alvos de seus estigmas os descendentes de judeus, mouros, povos indígenas, ciganos e negros africanos. Vale, contudo, ressaltar, como o fez Vainfas,

que as „raças infectas“ que aparecem estigmatizadas no Antigo Regime português estudado por Boxer se referem a um conceito de raça diferente do trabalhado por Freyre. No Antigo Regime se tratava de um conceito de raça associado à linhagem, à ancestralidade, ao sangue, ao passo que o conceito de raça a que por vezes se refere Freyre é já um conceito biológico, herdeiro do cientificismo do século XIX (1999, p. 8).

Muito embora Freyre estivesse correto quanto à importância da miscigenação étnica na ocupação histórica da América portuguesa, este processo não se baseou na hipotética tendência ou propensão lusa à miscigenação, mas, ao contrário, ao projeto da monarquia transoceânica portuguesa que visava à ocupação e exploração territorial de vastas extensões

territoriais no Novo Mundo. Pretensões que não se poderiam efetivar a partir do efetivo demográfico limitado que caracterizava o pequeno reino de Portugal, mas que, ainda assim, se impunha através da organização de um vasto mercado transcontinental (VAINFAS, 1999).

Incapazes de executar sozinhos a empresa colonial, os portugueses integraram outros povos ao projeto de exploração econômica da América. De fato, a expansão do Império português e de seus estatutos jurídicos e, sobretudo, o enraizamento dos povos nos territórios coloniais, teve como pressuposto a incorporação contínua de novas formas de relações sociais, tais como a escravidão e, como desdobramento dela, a mestiçagem. Neste aspecto, os grupos mestiços encontraram, estrategicamente, um lugar social adequado no mundo colonial lusitano.

É neste contexto que se insere o presente plano de trabalho, cujo escopo é mapear a produção acadêmica disponível, visando fundamentar uma revisão bibliográfica e o conhecimento atual sobre os estudos a respeito da escravidão e das populações indígenas e afrodescendentes em Goiás, buscando compreender as diferentes contribuições dos diversos autores na historiografia goiana a partir dos anos 1990. A intenção é estabelecer o “estado do conhecimento” sobre as interpretações dos historiadores, promovendo o diálogo com a bibliografia existente. Neste aspecto, além de contribuir para o esclarecimento das problemáticas atuais, ampliando o debate e a compreensão sobre o tema, o presente plano de trabalho poderá indicar elementos essenciais para a pesquisa à qual está associado, que trata da mestiçagem como estratégia do projeto colonial em Goiás no século XVIII. Finalmente, seguindo a trilha aberta pela historiografia, propõe-se contribuir para alargar os horizontes, complementando o quadro e aprofundando as reflexões sobre a história da escravidão e das populações indígenas e afrodescendentes em Goiás.

Metodologia

A metodologia proposta está associada aos recursos oferecidos pela pesquisa bibliográfica, sendo utilizada, no presente trabalho, para ampliar e dominar o conhecimento disponível, visando compreender melhor o tema estudado. A pesquisa bibliográfica deverá ser realizada em nível exploratório, buscando obter familiaridade sobre assunto e oferecer informações mais precisas para a investigação, fundamentando a análise e discussão dos resultados da pesquisa.

Resultados e Discussões

Espera-se que o presente trabalho contribua para uma melhor compreensão a respeito do fenômeno da escravidão e das populações indígenas e afrodescendentes na história de Goiás, através do estudo das diferentes abordagens que circulam atualmente no ambiente acadêmico, fomentando o debate através da divulgação dos resultados em eventos científicos.

Referências

FURTADO, Júnia Ferreira. Pérolas Negras : mulheres livres de cor no Distrito Diamantino. (Org.). Diálogos oceânicos : Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português. Belo Horizonte : Editora UFMG, 2001, p. 81-121.

KARASH, Mary. As mulheres livres de cor no Brasil Central. Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, nº 15, 1998. Guine Mina, Angola and Benguela. African and crioulo nations in Central Brazil 1780-1835. In: CURTO, José; LOVEJOY, Paul E. Enslaving connections: changing cultures of Africa and Brazil during the slavery. New York: Humanity Books, 2004, p. 165-186.

LEMKE, Maria. Os tons da cor – notas sobre o comportamento (esperado) dos pretos, crioulos e pardos em Goiás colonial. In : LEMES, Fernando Lobo (Coord.). Para Além das Gerais : dinâmica dos povos e instituições na América portuguesa – Bahia, Goiás e MatoGrosso. Goiânia : PUC/Goiás, 2015, p. 299-315.

PAIVA, Eduardo França; ANASTASIA, Carla Maria Junho (Orgs.). O trabalho mestiço; maneiras de pensar e formas de viver – séculos XVI a XIX. São Paulo/Belo Horizonte: Annablume/PPGH-UFMG, 2002.

SOARES, Marcio de Sousa. Pretos e pardos na fronteira do Império: hierarquias e mobilidade social de libertos na capitania de Goiás (século XVIII). 4º Seminário de Pesquisa do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional. Universidade Federal Fluminense – UFF, Campos dos Goytacazes, Brasil, março de 2010.

VAINFAS, Ronaldo. Colonização, miscigenação e questão racial: notas sobre equívocos e tabus da historiografia brasileira. Tempo, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 1-12, 1999. .